

LÍNGUA PORTUGUESA COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO PARA IMIGRANTES

RATAICZYK, Ana Caroline ¹
BOEIRA, Adriana da Silva ²

RESUMO

Os estudos relacionados à Língua Portuguesa têm apresentado significativas contribuições para o ensino e aprendizado de estrangeiros que chegam ao Brasil diariamente. Apesar disso, é importante ressaltar que essa temática ainda carece de maior atenção no campo de estudos e pesquisas, de forma a ampliar o panorama de formação acadêmico-profissional e de ensino de Português como Língua Estrangeira, suprimindo a escassez de recursos, metodologias e meios de avaliação adequados para melhor atender a esses estudantes. Este artigo tem como objetivo abordar novas estratégias de ensino de língua portuguesa como língua de acolhimento a imigrantes, no intuito de contribuir com o desenvolvimento de habilidades linguísticas, sociais e interculturais desses indivíduos. Para isso, são abordados conceitos como língua, cultura, sociedade e imigração a partir do que é proposto por Cuche (2002), Pesavento (2002), Bagno (2002) e Zamberlan *et al.* (2014). Este estudo está relacionado aos teóricos da Sociolinguística nos estudos de Labov ([1976] 2006), Calvet (2002) e Bagno (2002, 2012) e da Competência Comunicativa. Procura-se, assim, demonstrar a relação desses conceitos. Com essa finalidade, será retratado sobre como essas teorias são propostas à educação e incorporadas ao ensino e à aprendizagem da língua, sendo visível no desenvolver metodológico do professor e na realização da linguagem pelos alunos que se apresentam em situação de imersão linguística e cultural. Metodologicamente, trata-se de um estudo qualitativo e bibliográfico.

PALAVRAS-CHAVE: Imigrantes. Língua Portuguesa. Língua de acolhimento. Ensino e aprendizagem.

PORTUGUESE LANGUAGE AS A WELCOMING LANGUAGE FOR IMMIGRANTS

ABSTRACT

Studies related to the Portuguese language have presented significant contributions to the teaching and learning of foreigners who arrive in Brazil daily. However, it is important to emphasize that this topic still lacks greater attention in the field of studies and research, in order to broaden the panorama of academic-professional formation and teaching of Portuguese as a Foreign Language, supplying the shortage of resources, methodologies, and appropriate evaluation methods to better serve these students. This article aims to address new strategies for teaching Portuguese as a language of welcome to immigrants, in order to contribute to the development of linguistic, social, and intercultural skills of these individuals. To do so, concepts such as language, culture, society, and immigration are approached from what is proposed by Cuche (2002), Pesavento (2002), Bagno (2002), and Zamberlan *et al.* (2014). This study is related to the theorists of Sociolinguistics in the studies of Labov ([1976] 2006), Calvet (2002), and Bagno (2002, 2012) and Communicative Competence. The aim is to demonstrate the relationship between these concepts. For this purpose, it will be portrayed how these theories are proposed for education and incorporated into the teaching and learning of the language, being visible in the methodological development of the teacher and in the realization of language by students who are in a linguistic and cultural immersion situation. Methodologically, this is a qualitative and bibliographic study.

KEYWORDS: Immigrants. Portuguese Language. Language of welcome. Teaching and learning.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, de forma transitória ou permanente, há um aumento do fluxo imigratório no Brasil, decorrente de diferentes razões, tais como: questões humanitárias, por motivo de guerra, de

¹ Graduada em Letras pelo Centro Universitário Assis Gurgacz. E-mail: acrataiczky@minha.fag.edu.br

² Especialista em Língua Portuguesa e Literatura, Graduada em Letras e Pedagogia. Docente do Centro Universitário Assis Gurgacz. E-mail: adrianasilva@fag.edu.br

fome, de perseguições políticas ou religiosas; os desastres naturais; e as de caráter pessoal, relacionadas a fins profissionais, estudantis ou econômicos. Independentemente das causas, é certo que os deslocamentos de grandes fluxos populacionais despertam maior interesse da mídia e do público em geral, porque as jornadas de grandes massas ocorrem, geralmente, em condições extremas, penosas e desumanas.

Se a passagem dessas pessoas é complicada, também complexa é a integração social delas na sociedade que as acolhe, muitas vezes ela é traumática em termos de negociação cultural, o que, conforme Cuche (2002), remete à necessidade de se aceitar as diferenças entre distintas culturas. Relaciona-se a isso a formação da identidade cultural, pois, como nos lembra Hall (2006), novas identidades emergem a todo o momento e isto significa que, em decorrência dessa transitividade, constroem-se diferentes identidades, falam-se diferentes linguagens culturais, o que exige negociação entre elas.

Assim sendo, nota-se que, mundialmente, sucede-se o endurecimento das políticas migratórias, com ações de combate e de criminalização à imigração, as quais são praticadas por muitos governos, reflexo de uma nova onda conservadora. Os atuais conflitos vivenciados como casos de violência e discriminação a imigrantes são, por vezes, por meio de atos velados. Contudo, apesar desses conflitos, a imigração em todas as suas vertentes é um fenômeno atemporal que se impõe à humanidade, de diferentes maneiras e com diversos efeitos e consequências, portanto, ela é merecedora de atenção e estudo por parte da academia.

O Brasil tem presenciado uma realidade de multilinguismo, por esta razão os estudos da linguagem, mais especificamente na área da Linguística Aplicada (LA), vêm desenvolvendo investigações no sentido de compreender e abrir caminhos para facilitar essas interações. A partir dos últimos anos da década de 1990, pôde-se analisar, segundo Grabe (2002), que as pesquisas sobre ensino e aprendizagem de línguas e professores que trabalham em contextos de multilinguismo, começaram a enfatizar, dentre outras: as noções de conscientização linguística; a forma da aprendizagem de línguas; a aprendizagem a partir de interações dialógicas; os padrões para a interação professor-aluno; a aprendizagem baseada no contexto.

A LA passou a englobar pesquisas que se centram primordialmente na resolução de problemas de uso da linguagem pelos participantes do discurso no contexto social. Além disso, buscou focalizar a linguagem do ponto de vista dos procedimentos de interpretação e produção linguística que definem o ato da interação linguística escrita e oral.

Desse modo, apropriar-se da língua em circulação em determinada comunidade de fala possibilita ao imigrante compreender e ser compreendido, em suma, permite ao imigrante incluir-se no país de acolhimento, porque, como diz Barrantes (2015, p. 128), “um conhecimento básico da

língua, história e instituições do país anfitrião é indispensável para a integração, e possibilitar que os imigrantes adquiram este conhecimento básico é essencial para uma integração exitosa”. Além disso, complementa ao afirmar que uma situação comunicativa que promova a integração, trata-se de uma questão de sobrevivência para o imigrante, bem como a possibilidade de não ser mais tratado como o hipotético “invasor estrangeiro”, aquele que vem colapsar o equilíbrio social das comunidades locais. Lembremos, ainda, conforme Bourdieu (1998, p. 42), que o indivíduo que ignora a língua, que não possui a competência legítima, acaba excluído do universo social no qual ela seja requerida ou, mesmo, é condenado ao “eterno silêncio”.

Por estarem diretamente empenhados na solução de problemas humanos que derivam dos vários usos da linguagem, os linguistas aplicados veem-se envolvidos em trabalhos com uma dimensão essencialmente dinâmica que busca a transformação do contexto de estudo. Nessa tentativa de propiciar mudanças, Rojo (2009) ressalta que o linguista aplicado passa a focar problemas concretos de conflito comunicativo e interpretá-los de maneira a contribuir para uma reflexão sobre as novas possibilidades de melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Nesse sentido, os estudos da LA têm trazido grandes contribuições ao ensino e aprendizado de língua portuguesa para grupos de estudantes estrangeiros que chegam ao Brasil diariamente. Todavia, esse é um assunto que ainda carece de reforço no campo de estudos e pesquisas, na perspectiva de ampliar o cenário de formação acadêmico-profissional e de ensino do Português como Língua Estrangeira, no sentido de suprimir a carência de materiais, métodos e instrumentos de avaliação para melhor atendê-los. De acordo com Almeida Filho (1992, p.13), “o ensino de português como segunda língua, tem uma história de quase cinco séculos, no esforço de religiosos, no ensino de português a membros das nações indígenas”.

Logo, como escopo desta pesquisa, são apresentadas questões relacionadas à linguagem, à língua e à cultura, com maior atenção ao aspecto linguístico. Cabe, ainda, esclarecer que, para fins terminológicos, que adotamos o conceito de Português como Língua de Acolhimento (PLA), pois, como atesta Grosso (2010), o termo PLA, além de abranger, amplia o que é entendido por Língua Estrangeira (LE) ou por Língua Segunda (L2), considerando que o ensino e a aprendizagem da língua e da cultura acontecem de maneira interacional, na qual o falante está em uma situação de imersão na comunidade-alvo, como é o caso do imigrante.

Diante disso, pretende-se compreender como o ensino de português como língua de acolhimento se vale de elementos da teoria (sócio) linguística e da competência comunicativa, e como essas teorias podem refletir na ação educativa, uma vez que princípios da ciência da língua têm exercido, ao longo do tempo, influência na ação pedagógica do professor e conseqüentemente, sobre a aprendizagem do aluno.

2. A CHEGADA DOS IMIGRANTES AO BRASIL E A LUTA PELA PERMANÊNCIA NO PAÍS

Os imigrantes que chegaram e continuam chegando em nossa região são oriundos, a maioria deles, de países dos Continentes Africano e Asiático, e vindos também do Oriente Médio. Vieram ao Brasil, muitos em situação de refugiados, em busca de uma melhor condição de vida. Estas pessoas chegam, na maioria das vezes, pelo estado do Acre (cidade do Rio Branco) que tem o aspecto de tríplice fronteira, pedindo refúgio ao Brasil. Depois de receberem uma legalização provisória, buscam cidades onde se concentram indústrias e frigoríficos que possam empregá-los.

Há de se considerar, ainda, que a imigração contemporânea ocorre em um cenário mundial diverso de dificuldade econômica, desemprego, estagnação financeira, contestação de direitos, conflitos armados, epidemias, violência sistêmica, terrorismo, perseguição religiosa e desastres naturais, temas que são uma preocupação global. Tudo isso afeta o quadro da imigração, exercendo influência direta sobre o fenômeno, que se configura na atualidade, sobretudo, pelos grandes deslocamentos humanitários, ou seja, diásporas forçadas e, em menor grau, relacionadas a imigrações econômicas. Essas novas imigrações possuem, como traço comum, a ampla diversidade cultural, que se caracteriza por diferenças de crenças, de idiomas, de hábitos e de biotipos.

Zamberlan (2014), sobre o atual quadro imigratório para o Brasil, afirma que houve aumento de fluxos, mantendo-se o predomínio latino-americano, porém com crescimento de outros, como o de africanos, de caribenhos e de asiáticos, e elenca como alguns fatores de atratividade: a postura oficial do Estado favorável ao acolhimento; a estabilidade econômica; o salário mínimo e a possibilidade de inclusão em programa protetivo de renda como o bolsa família; a maior visibilidade em decorrência da realização de grandes 26 eventos internacionais; os acordos de cooperação com outras nações; e a necessidade de contratação de mão de obra especializada para determinadas atividades econômicas e, a isso, soma-se a melhoria de qualidade de vida desses sujeitos, comparativamente às condições que possuíam em seus países de origem.

Moreira (2010) indica, também, a legislação nacional orientada à proteção do imigrante, que prevê a receptividade ao estrangeiro e orienta o conjunto de benefícios voltados a essas pessoas, possibilitando o acesso a serviços públicos, tais como: receber documentos oficiais; ter acesso ao mercado de trabalho; usufruir do Sistema Único de Saúde (SUS); gozar de livre circulação no País, evitando-se, dessa maneira, a ação imigratória irregular. Para a autora “a legislação brasileira é considerada avançada, moderna e inovadora, sobretudo por conta de sua definição abrangente de refúgio” (2010, p. 118).

2.1 ASPECTOS CULTURAIS

O aspecto cultural é um dos pontos que precisa ser levado em conta quando se pensa em acolher esses imigrantes no país, pois são grupos heterogêneos de costumes, crenças e atitudes diferenciadas, e que estão se inserindo em um contexto maior.

Conforme Candau, as relações culturais não são relações românticas; estão construídas na história e, portanto, estão atravessadas por questões de poder, por relações fortemente hierarquizadas, marcadas pelo preconceito e pela discriminação de determinados grupos (CANDAU, 2008, p. 51). E por serem assim, em cada região também não é diferente.

Os conflitos estão presentes em grande parte das relações que envolvem imigrantes e brasileiros. São culturas diferentes que, de alguma forma, se atravessam e se chocam, desestabilizando tanto os imigrantes quanto pessoas de nossa região que, muitas vezes, sentem-se ameaçados em suas relações culturais. Por outro lado, destaca-se especialmente a discriminação étnico racial, já que o preconceito ainda encontra fortes raízes em uma região colonizada, em sua maioria, por cidadãos de origem europeia.

Tudo isso tem causado segregação e constrangimento, principalmente aos senegaleses, haitianos, bengaleses e de outras nacionalidades descendentes dos continentes africanos e asiáticos que aqui se encontram.

Para amenizar estas questões, portanto, há necessidade de uma tarefa social e política, com bastante urgência. Conforme esclarece Candau (2008), “[...] é preciso investir em operações que interpelem o conjunto da sociedade, que partam de práticas e ações sociais concretas e conscientes e que tentem criar modos de responsabilidade e solidariedade entre as pessoas” (CANDAU, 2008, p.51). Nas próprias aulas de português, é interessante ter abordagens que discutam as questões culturais capazes de integrar as raízes históricas e as novas configurações, evitando uma visão de culturas com universos fechados e em busca do puro.

Os choques culturais ocorrem nas interações do dia a dia, principalmente no ambiente de trabalho, e se dá tanto entre grupos de estrangeiros de culturas diferentes, como no caso das relações entre haitianos e senegaleses, que em diversas situações não se apresentam de forma harmoniosa, quanto também com os próprios brasileiros em relação aos estrangeiros. Como exemplo, citar a situação de alguns imigrantes senegaleses, os quais precisaram ser dispensados da empresa, porque, por questões religiosas, não aceitam receber ordens de líderes femininas no setor de trabalho. Neste aspecto, há que se fazer um amplo trabalho social, em conjunto com os setores educacionais, no sentido de conscientização para o respeito à cidadania para com esses estrangeiros que necessitam do

acolhimento local, a fim de que haja harmonia nas relações interculturais que medeiam esse encontro de diferentes culturas, assim como, contar também com o esforço dos imigrantes, em agir com uma proposta de boa vizinhança.

3 A RELAÇÃO DA LÍNGUA DE ACOLHIMENTO COM OS IMIGRANTES

Observa-se, ainda, que no contexto socioeconômico em que a sociedade brasileira se encontra atualmente, os desafios para estes imigrantes em busca de trabalho e de permanência não são pequenos. Inicialmente há o problema da legalização; depois a preocupação com o trabalho e a estabilidade. A maioria deles ocupam vagas do setor de produção, as quais geralmente são de mão de obra barata. Por conseguinte, são operários que trabalham no pesado e, em geral, ganham salários baixos. Mesmo já empregados, as preocupações não se findam, pois vem a necessidade da comunicação clara em português, muitas vezes como garantia para se manter no emprego, para entender e desenvolver a contento o que a empresa solicita. Em decorrência, a necessidade do aprendizado da língua portuguesa se torna urgente para eles, mas para nós que aqui residimos e que lidamos com a docência, essa necessidade se desponta como uma nova realidade, pois precisamos ofertar um ensino PLA. Em geral, são estudantes adultos, trabalhadores braçais, que estão, por algum tempo, fora dos bancos escolares, e que não dispõem de recursos financeiros para pagar aulas particulares para aprender o português.

Nesse sentido, observa-se um novo desafio para o ensino de língua portuguesa, especialmente aqui no Brasil. Deve-se encontrar a melhor forma de acolher esses imigrantes em nosso país, de modo que se sintam parte dele e de sua cultura. Para isso, é dever investir no ensino dessa língua, mesmo que estudos voltados para o ensino de PLA tenham sido, nos últimos anos, alvo de reflexão por parte de vários autores, ainda há muito que precisa ser feito. Oliveira (2010) defende que estes dois aspectos são indissociáveis ao referir que “[...] quanto mais os imigrantes sentirem fazer parte do país de acolhimento e da sua sociedade, mais depressa estarão prontos para adquirirem as necessárias competências linguísticas (e outras) para se tornarem membros de pleno sucesso” (OLIVEIRA, 2010, p. 11).

Para Grosso (2010), a língua de acolhimento deve ser pensada para além de conhecimentos meramente gramaticais, deve ser pensada a partir do desenvolvimento de competências mediadas pela interação na vida social, porque é por meio desta que o aprendente estabelece relações com os falantes nativos. Acrescenta a isso que “o conhecimento sociocultural, a competência sociolinguística, é importante no desenvolvimento da competência comunicativa e servem como base

de debate e de diálogo para uma cidadania plena e consciente, aspecto fundamental na língua de acolhimento” (GROSSO, 2010, p. 71).

Moreira (2010, p. 123) também adota essa linha, ao argumentar que é necessário o estabelecimento de vínculos sociais entre a pessoa em processo de acolhimento e a comunidade local, em suas palavras “é preciso que o refugiado seja plenamente inserido na sociedade o que requer obtenção de emprego e moradia, aprendizado da língua, utilização de serviços públicos, especialmente saúde e educação”.

Para Barrantes (2015), falar em português como língua de acolhimento exige um repensar sobre a proposta de ensino, dado que o que se tem adotado, geralmente, está amparado no ensino de língua portuguesa a estrangeiros. Para a pesquisadora, um projeto de ensino para imigrantes diferencia-se dos demais pela necessidade de uso, ou seja, deve ter em conta temas que atendam às necessidades imediatas e às diferenças culturais.

Confirma-se com essa autora, pois, que a prática tem demonstrado que se desconsideram, justamente, os benefícios que o ensino de PLA pode proporcionar ao imigrante: o de expor o estudante ao falar espontâneo do brasileiro; o de pensar o uso da língua voltada ao atendimento de situações práticas; o de desenvolver a apropriação da língua portuguesa nesses sujeitos a partir da mediação com aspectos da vida social e cultural das comunidades em que estão inseridos, situações essas que aliadas à condição natural de interação a que estão expostos e à mediação de um educador com uma boa base de conhecimentos linguísticos, poderiam acelerar o processo de aprendizagem da língua.

Entende-se que a crítica da autora é perspicaz já que se observa, em geral, o ensino a imigrantes que toma como objeto uma língua realizada em situações artificiais, por exemplo, aulas com o suporte de textos didáticos de português-LE, cujos materiais têm por referencial a língua padrão da comunidade alvo, todavia sem observar contextos culturais, situações que, com certeza, interferem no uso da língua.

Nesse sentido, Ançã (2008) afirma que “O problema da língua de acolhimento coloca-se com toda a premência, sendo o domínio da LP uma das vias mais poderosas para a integração dos estrangeiros, tanto a nível individual (garantia da autonomia) como coletivo (harmonia social) ” (ANÇÃ, 2008, p. 74).

Conforme é ressaltado, o imigrante trabalhador que necessita compreender a língua do país onde está residindo (temporariamente ou não) para a interação diária tanto na sociedade quanto em seu ambiente de trabalho, precisa estreitar o contato com essa língua alvo, não só nas interações diárias de imersão, mas também em ambientes formais de ensino e aprendizagem. Para Oliveira (2010), o ensino de uma segunda língua em contexto de migrantes difere profundamente de qualquer outro ensino tradicional de uma segunda língua.

Grosso (2010, p. 62) compartilha desse entendimento ao afirmar que é importante distinguir os variados conceitos que “resultam diferentes formas de ver a educação em línguas”. Segundo tal ponto de vista, conceitos são cunhados por necessidade de novas situações socioeducativas que emergem do contexto de ensino e de aprendizagem mais multilíngue e multicultural. Para tanto, sustenta que diferenciar o que se entende por Língua Estrangeira, Segunda Língua e Língua de Acolhimento é relevante, em virtude de que a escolha implica a forma de se orientar o processo educacional a determinadas práticas pedagógicas, em suma, influi em todo o planejamento linguístico.

Todavia, deve-se lembrar, como afirma Cabete (2010), que “o imigrante adulto que se apresenta como aprendente da língua do país que o acolheu não parte de um ponto zero na sua aprendizagem, ainda que não conheça mais do que uma palavra portuguesa” (CABETE, 2010, p. 80). Precisa-se considerar que o aprendiz traz consigo o seu percurso vivencial, o conhecimento de sua língua materna e de outras, suas experiências, sua representação do mundo, a visão que construiu acerca da língua portuguesa, e diversos outros conhecimentos acumulados, o que o revestem das mais variadas competências e/ou dificuldades face à aprendizagem da língua.

Outro aspecto importante na aprendizagem deste público-alvo é a questão da idade, que os torna necessitados de metodologias e expectativas distintas dos demais aprendizes que também tem o português como língua não materna. O adulto, diferente da criança ou do jovem em idade escolar, além de trazer consigo uma vasta bagagem de mundo, precisa ser tratado como alguém que procura aprender essa “nova” língua por necessidade. E que, junto com interesses e expectativas, com sonhos e decepções, com entusiasmos e cansaços, apresenta uma mistura de sentimentos e emoções que os acometem em seu dia a dia, distante, a maioria deles, de suas famílias, o que poderá afetar decisivamente na aprendizagem.

Esperança (2006) afirma que os adultos, ao procurarem a formação, têm uma visão pragmática do que pretendem com a sua aprendizagem, e no entender deles “[...] só interessa aprender se o saber resultante tiver uma aplicação ao real e permitir resolver situações” (ESPERANÇA, 2006, p. 60). Ou seja, o aprendizado precisa ser significativo para estes adultos, precisa fazer a diferença às suas necessidades.

Para Grosso (2010), trata-se de Língua Estrangeira o aprendizado de uma língua não natural, que exige um esforço de aprendizagem pelo falante em patamares distintos de eficiência e pressupõe o desenvolvimento e a assimilação de conhecimento sobre outras culturas. Já Língua Segunda é aquela definida como língua de escolarização na qual a língua objeto será, em princípio, a língua oficial de uma comunidade linguística. Esse conceito de Língua Segunda pode ser estendido a outras línguas que sucedam a língua materna, desde que se tenha o domínio proficiente dela. Por fim, trata

a autora da Língua de Acolhimento, sustentando que esta ultrapassa as outras concepções, porque se refere a um sujeito em situação de imersão em uma nova realidade linguístico-cultural, com a qual não tivera contato anterior e, assim, o emprego da língua “estará ligado a um diversificado saber, saber-fazer, as novas tarefas linguístico-comunicativas que devem ser realizadas na língua-alvo” (GROSSO, 2010, p. 68).

Paulo Freire (1991), abordando a alfabetização para estudantes adultos, esclarece que o conceito de alfabetização tem um significado abrangente, na medida em que vai além do domínio do código escrito, pois, como prática discursiva, “[...] possibilitar uma leitura crítica da realidade, constitui-se como um importante instrumento de resgate da cidadania e reforça o engajamento do cidadão nos movimentos sociais, que lutam pela melhoria da qualidade de vida e pela transformação social” (FREIRE, 1991, p. 68).

No caso dos imigrantes, mesmo estando fora de sua pátria, de seu ambiente cultural, precisam se organizar, se comunicar, interagir na sociedade, ler e entender sobre seus direitos e deveres como cidadãos estrangeiros, ou seja, continua a necessidade de leitura do mundo, das coisas que o cercam.

Ao compreender que a inserção social desses sujeitos imigrantes vai ocorrer, mais facilmente, via aquisição da língua portuguesa, está sendo investido em uma ação de letramento, alicerçada nos pressupostos freirianos. Com tais ações, espera-se, nesta pesquisa, comprovar que a aquisição dessa língua ocorre mais facilmente quando é trabalhado com temas que fazem parte de seu dia a dia e, conseqüentemente, de seus interesses mais emergentes.

3. METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica realizada teve como objetivo explorar as principais abordagens teóricas e práticas relacionadas ao uso da língua portuguesa como língua de acolhimento para imigrantes. Para isso, foram utilizados diversos recursos, tais como bancos de dados e bibliotecas digitais, a fim de selecionar fontes relevantes, confiáveis e atualizadas para a pesquisa. A seleção dessas fontes incluiu critérios rigorosos, como a pertinência do tema, o período de publicação e a credibilidade dos autores. Entre as fontes utilizadas, destacam-se livros, artigos científicos, teses e dissertações que apresentaram informações relevantes e consistentes sobre o uso da língua portuguesa como língua de acolhimento. Essas fontes foram submetidas a uma análise crítica para identificar os principais conceitos, teorias e práticas relacionados ao tema.

A pesquisa seguiu o método dedutivo, que parte de conceitos gerais para chegar a conclusões específicas. Foram levantadas as principais teorias e conceitos relacionados ao uso da língua

portuguesa como língua de acolhimento e, em seguida, foram analisados estudos de casos que ilustraram a aplicação dessas teorias e conceitos na prática.

Os resultados obtidos foram organizados de forma a possibilitar a construção de um panorama geral sobre o uso da língua portuguesa como língua de acolhimento para imigrantes. Essa organização permitiu identificar as principais contribuições teóricas e práticas relacionadas ao tema, bem como as lacunas e desafios existentes nesse campo de estudo. Dessa forma, a pesquisa bibliográfica proporcionou uma compreensão mais ampla e profunda sobre o uso da língua portuguesa como língua de acolhimento para imigrantes, contribuindo para o desenvolvimento de estudos futuros e para a melhoria das políticas públicas e práticas sociais nesse contexto.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino de língua portuguesa para imigrantes adultos, trabalhadores, se encontra em uma fronteira porosa, em que os desafios vão se ajeitando na medida em que se começa o trabalho com estes sujeitos. Trata-se de investir em uma prática de ensino que se assenta em um terreno bastante árido ainda, para se fazer um trabalho a contento, pois os professores encontram-se, muitas vezes, sem os recursos necessários, tanto de material, quanto de conhecimento e métodos, e as urgências obrigam os profissionais ou leigos, que estejam abraçando esta causa, a encontrar uma saída.

Além destas dificuldades, há também a necessidade de levar em conta a questão multicultural, pois os alunos que chegam até o ensino pertencem a grupos heterogêneos de costumes, crenças e atitudes que estão se inserindo em um contexto maior que, por vezes, a relação dos nativos estabelecidos nem sempre é harmoniosa com os que chegam de outras nacionalidades. Consequentemente, há a necessidade de uma tarefa social e política, que envolva operações que interpelem o conjunto da sociedade, que partam de práticas e ações sociais concretas e conscientes e tentem criar modos de responsabilidade e solidariedade entre as pessoas.

Em razão disso, ao longo dos séculos, há tratamento diverso à questão da imigração, isto é, da fixação do homem em um espaço diferente daquele de seu nascimento. Se por muito tempo a lógica da ocupação e do povoamento fomentou o enraizamento dos indivíduos em outros locais, o que de certa forma era valorado como uma situação positiva, por outro, o advento dos Estados nacionais inverteu essa lógica, sobretudo na contemporaneidade, pois serão outras as preocupações dos governos, em especial, a partir do período da Segunda Guerra Mundial, em que a emergência das crises sociais e humanitárias, além das questões econômicas, passou a condicionar as situações de imigração alçando, muitas vezes, a condição de problema nacional.

Nesse contexto de crise é que existe as novas ondas de imigrantes, é dizer, deslocamentos de grandes contingentes populacionais cujas características preponderantes são a miséria econômica, os falares diversos, o pluralismo religioso, o tom da pele, ou seja, uma ampla diversidade cultural que, aliada aos discursos de ódio e intolerância, bem como à ação restritiva de muitos governos, a torna um fato complexo.

Dessa maneira, tanto para o imigrante que busca outra condição de vida afastada de seus hábitos, que são formas diferentes de perceber o mundo social e como reagir a ele, nos termos de Bourdieu (1998), quanto para as comunidades que os acolhem, há uma intensa negociação cultural que, para Cucho (2002) relaciona-se a reconhecer e aceitar mutuamente as diferenças entre culturas, sendo esse o primeiro passo para se integrar essas pessoas à nossa sociedade e ao nosso modo de vida e, como foi possível observar, essa integração passa na maioria das vezes pelo ensino e pela aprendizagem da língua e da cultura autóctone. É, pois, desse interesse pelo ensino e pela aprendizagem da língua portuguesa como língua de acolhimento a imigrantes que se justifica o objeto e a relevância social desta pesquisa. Porque, para esses sujeitos, apreender a língua e a cultura do povo que os recebe é uma questão de sobrevivência; é o que os possibilita serem alçados à condição de cidadãos; é o que os torna sujeitos demandantes de direitos e responsabilidades; é o que permite que interajam comunicativamente com os falantes nativos, em suma, é o que os possibilita se colocarem no mundo e para o mundo.

Diante disso, postula-se que a teoria sociolinguística e o desenvolvimento de competências possam colaborar com esse processo, pois o ensino de língua como língua de acolhimento pressupõe relações linguísticas, sociointeracionais e interculturais, elementos que estão presentes no contexto de alunos imigrantes.

Procurou-se, por fim, traçar as diferenças entre Língua Materna, Língua Estrangeira, Língua Segunda e Português Língua de Acolhimento, demonstrando como a adoção conceitual e terminológica influenciam a opção por abordagens de ensino de língua. Para tratar essas questões, foram abordadas as teorias de Cucho (2002), Bourdieu (1998) Pesavento (2002), Zamberlan et al. (2014) e Grosso (2010) e, entender esses conceitos, permitiu-nos evidenciar as relações que se estabelecem entre cultura, língua, sociedade e imigração.

Portanto, espera-se que todos os profissionais que trabalham com a formação de indivíduos apoiem um ensino democrático, sem discriminação, e tendo como base os princípios de solidariedade, alteridade, equidade e respeito, não sendo apenas uma fantasia ou norma que é exigida em documentos, fazendo-se necessário que seja feita sua aplicação na realidade e, sendo desta forma, haverá assim a possibilidade de democratização do ensino, sem discriminação e com a inclusão de todos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes (Org.). **Identidade e caminhos de Português para estrangeiros**. Campinas - SP: UNICAMP, 2002.

_____. O ensino de línguas no Brasil de 1978. **E agora? Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 1, n. 1, p. 15-29, 2001.

ANÇÃ, Maria Helena. Língua portuguesa em novos públicos. In: **Saber (e) Educar**. n. ° 13. p. 71-87, Porto, 2008.

_____. A volta da língua de acolhimento. In: **Encontro Regional da Associação Portuguesa de Linguística**. ESE/Instituto Politécnico de Setúbal (CD-ROM), Setúbal, 2005.

BAGNO, Marcos. **Língua Materna: letramento, variação & ensino**. São Paulo: Parábola, 2002.

BALZAN, Carina Fior Postinger; VIEIRA, Leandro Rocha. **Língua Portuguesa como passaporte para a cidadania: aspectos socioculturais e linguísticos dos participantes do Curso de Extensão para imigrantes e refugiados do IFRS-Campus Bento Gonçalves**. Projeto de Extensão e Pesquisa. Bento Gonçalves: IFRS, 2019.

BARRANTES, Mariane. Língua Adicional e Integração? Análise de Duas Propostas de Curso de Língua Adicional no Brasil e na Alemanha para Reflexão de Temas e Novas Possibilidades Levando em Conta os Recentes Fluxos Migratórios. **Revista do PPGL**, Faculdade de Letras – PUC, RS. Porto Alegre, v. 6, n. 2, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Linguísticas**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1998.

CUCHE, Dennys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2. ed. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

ESPERANÇA, Joaquim. **Ensino do Português como L2: A Escrita no Processo de Ensino – Aprendizagem de Adultos**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem), Universidade Nova de Lisboa.

GROSSO, Maria José dos. **Língua de acolhimento, língua de integração**. Horizonte de Linguística Aplicada. Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução (LET) – UnB.Brasília. v. 9, n. 2, 2010, p. 61-77. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/horizontesla/article/view/886>. Acesso em: 15 de outubro de 2022.

MOREIRA, Julia Bertino. Redemocratização e direitos humanos: a política para refugiados no Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**. RPBI (UNB): Brasília. v. 53, n. 1, 2010, p.111- 129.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 9. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

POSSENTI, Sírío. Um programa mínimo. In: BAGNO, Marcos (Org.). **Linguística da Norma**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática: Ensino plural**. São Paulo: Cortez, 2011.

ZAMBERLAM, Jurandir *et al.* **Os novos rostos da imigração no Brasil: Haitianos no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Solidus, 2014. p. 81.